



AMAZÔNIA

Grandiosa, complexa e cada vez mais problemática diante da expansão dos modos de vida e de produção que nossa sociedade colonizada ocidental lhe impôs e impõe, a Amazônia aparece como a última fronteira brasileira da expropriação capitalista no Brasil. Lamentavelmente a destruição de povos, da natureza e de vidas em geral, com eventual comprometimento de sua sobrevivência, do país e do planeta, aumentou nos últimos anos de barbárie política que vivemos.

A sociedade brasileira convive com uma ignorância ameaçadora em relação à Amazônia. Essa ignorância tem raízes históricas profundas e se mantém através de dispositivos sutis e cotidianos. A formação escolar recebida pelo brasileiro médio o expõe de modo tênue e desorganizado a informações sobre a região. Nos meios de comunicação, a região é quase sempre abordada de modo tópico e descontínuo, o que passa à população uma visão exótica e estereotipada das condições sociais e naturais da Amazônia. Entre outras consequências, esses fatores de informação / desinformação perpetuam o distanciamento e a relativa indiferença em relação ao que ocorre na região.

Não obstante nossos reais avanços na pesquisa e nosso aprimoramento institucional, temos nos mantido ignorantes sobre a Amazônia, em termos sócio-históricos e ambientais. Esta ignorância é um aspecto saliente na maneira pela qual nos relacionamos com a região, o que tem tido consequências que não causam orgulho à sociedade brasileira. Entre o século XVII e os anos 1960, o genocídio dos povos originários esteve no primeiro plano das consequências funestas. Desde então, a destruição em grande escala do bioma se juntou ao rol dessas tristes realizações.

Segundo pesquisas recentes, o acúmulo das perdas ambientais se aproxima de um ponto de não retorno (Lovejoy, Nobre 2019). O resultado acumulado das perdas, da redução de diversidade e da desorganização do bioma, ultrapassa as possibilidades de regeneração do próprio bioma. Daí em diante a floresta tropical entraria em um processo incerto de mudanças, no qual o que dela restar pode se transformar de modo irreversível. Ademais, essas modificações teriam desdobramentos climáticos consideráveis, com possíveis efeitos sobre o clima de todo o planeta, e não apenas da região e do país.

As possibilidades de evitar esse trajeto, que amplia os efeitos trágicos da nossa relação truncada com a Amazônia, existem e podem ser realizadas. Essa alteração de rota, entretanto, depende da mudança na correlação das forças políticas e econômicas envolvidas. Depende também de que se reconheça e se combata o silenciamento violento praticado contra a variedade de grupos sociais que vivem na Amazônia.

Povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, comunidades extrativistas, camponeses amazônicos, dentre outros grupos ditos tradicionais, têm sido quase sempre as vítimas do progresso na Amazônia nos últimos 60 anos. Suas formas de vida, sua convivência bem estabelecida com os recursos e ciclos naturais do trópico úmido, são rapidamente desorganizadas pelos efeitos sociais, econômicos, ambientais e espaciais de projetos públicos e privados de infraestrutura, sistemas de produção e outras formas de intervenção externa.

Tais processos ignoram os direitos dos grupos locais, e se apoiam na estigmatização dos grupos regionais. Suas formas de organização social e econômica são direta ou indiretamente apresentadas como estagnadas, primitivas. Outras vezes, de forma mais condescendente, mas não menos danosa, tais grupos são apresentados como vítimas de isolamento, fome e pobreza, cuja superação dependeria da transformação das condições da região. Contraditoriamente, a introdução acelerada de formas variadas de modernização – propriedade privada, relações de consumo, produção do espaço urbano convencional, redes de comunicação e estradas, dentre outros aspectos – costuma ser o veículo pelo qual as instituições locais são rompidas, difundindo a rápida piora das condições de vida, como a violência, a insegurança alimentar, os conflitos pela terra e a urbanização precária (Martins, 1994; Pignatti e Machado 2005; Celentano et al, 2018; Ramos Jr. et al, 2023).

Porém, não se pode subestimar o fato de que movimentos no sentido do reconhecimento da importância e necessidade de permanência da diversidade natural e social da Amazônia vêm se afirmando no país, pelo menos desde a Constituição Federal (CF) de 1988. É verdade que a Carta de 1988 vem sofrendo sucessivas ondas de desconstitucionalização dos avanços que consolidou. Mesmo assim, sua promulgação trouxe mudanças concretas no reconhecimento dos direitos dos povos originários e populações tradicionais. Trouxe também marcos legais para o ordenamento do território, como as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, cruciais para a permanência do bioma amazônico.

Os trabalhos selecionados para este número da Revista da UFMG fornecem, de diferentes perspectivas, evidências de que o embate pelo futuro da Amazônia permanece aberto e cruel. Mostram também que a disputa por outros futuros possíveis para a região foi renovada, a despeito da permanência das forças de silenciamento, apagamento e homogeneização que atuam na Amazônia há séculos.

O dossiê se inicia com o registro de um encontro com Davi Kopenawa Yanomami, líder do povo Yanomami, um dos povos originários da Amazônia, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em setembro de 2018. Kopenawa – xamã, autor de diversas publicações, presidente da Hutukara Associação Yanomami – discutiu com um grupo de pesquisadores ligados ao grupo de pesquisa “Das economias alternativas às alternativas à economia”, sediado no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT. O registro de sua intervenção permite ao leitor acesso a uma amostra da sofisticada e original reflexão que os povos amazônicos possuem sobre sua relação com a floresta e com a natureza de modo geral. Permite também perceber sua crítica da nossa sociedade, que ele refere como de um “povo da mercadoria”, cuja organização tem se encaminhado para a violência, o desrespeito e a própria negação da vida. Kopenawa produz um discurso direcionado para uma audiência mais ampla, intencionado a provocar um chamamento e estabelecer alianças com os vários não-indígenas com os quais vem interagindo. No chamado que emitiu em artigo publicado nesta revista em 2015, buscava sensibilizar o público para o fato de estarmos todos juntos – “é uma Hutukara só!”. Hutukara que deve ser tratada como “um grande homem, uma grande pátria, um grande governo”. A esse cenário cosmopolítico, Kopenawa acrescenta, no encontro de 2018, outros elementos para buscar dialogar mais de perto ao se referir a

1 <https://socioambiental.medium.com/yanomami-sob-ataque-bd9d-f62ebd1>

termos centrais para o mundo contemporâneo como é a própria noção de economia. Dessa vez nos traz o conceito de *në ropë*, que articula dimensões para nós tão díspares como são fertilidade, riqueza e generosidade.

Cabe aqui chamar a atenção para a situação de emergência provocada pelo retorno da invasão dos garimpeiros. Tal situação foi denunciada pelo relatório “Yanomami sob ataque”, realizado entre 2021/2022 pela Hutukara Associação Yanomami e pela Associação Wanasseduume Ye’kwana¹, emergência quanto à devastação ambiental e poluição, o que levou a uma grave crise humanitária entre os Yanomami. Tal situação perdura e ainda demandará muitos esforços para a crise ser debelada.

Os trabalhos de Ana Cláudia Cardoso, de Nelissa Peralta, e de Aniele Souza e coautores abordam de diferentes pontos de vista as possibilidades de criação socioespacial, científica e econômico-produtiva colocadas pela diversidade social e natural da região.

Ana Claudia Cardoso discute a produção social do espaço na Amazônia. A autora analisa as implicações da permanência de colonialismo e racismo implicados nas práticas de produção do espaço na região, ressaltando o quanto tais questões se conectam às manifestações mais visíveis das transformações na região, como o desmatamento e devastação da floresta tropical.

O trabalho de Nelissa Peralta analisa a potencialidade de uma renovação epistêmica no conhecimento e nas práticas sociais na Amazônia, a partir da interação entre diferentes formas de conceber e conhecer o mundo, e de diferentes regimes de conhecimento. A autora discute o desenvolvimento de um censo populacional de pirarucus, desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, sediado no município de Tefé (AM) com base no saber local dos pescadores. Destaca-se a importância de processos como este, nos quais emergem condições para um despertar epistêmico capaz de articular distintos regimes de conhecimento, valorizando saberes e práticas tradicionais de grupos da região, como povos indígenas e ribeirinhos.

O trabalho de Anielle Souza e coautores discute a diversidade de sistemas tecnológico-produtivos rurais na Amazônia. A discussão tem como referência a elaboração do economista Francisco de Assis Costa, para quem a heterogeneidade econômica da Amazônia, particularmente a clivagem do universo rural/agrário entre economias camponesas e patronais, pode ser compreendida com base no conceito de trajetórias

tecnoprodutivas. Na medida em que mantêm relações bastante distintas com as paisagens naturais da região, estas trajetórias implicam formas de produção do espaço peculiares. O trabalho enfatiza que a identificação e análise dessas trajetórias no espaço constituem estratégia metodológica para que se promova a visibilidade dos sistemas camponeses no trópico úmido.

Fábio Castro discute o que denomina representações endógenas e exógenas sobre a Amazônia. O autor vincula a construção dessas representações a uma dialética entre a) a inserção de grupos sociais na estrutura socioeconômica e produtiva e b) interpretações sobre a região produzidas a partir de vivências autóctones em contextos socioambientais amazônicos e aquelas produzidas a partir de fora (na sociedade nacional brasileira e global) a respeito da Amazônia. Na interação desses elementos (inserção na vida material; interpretações da realidade a partir do vivido; interpretações da realidade elaboradas em apartamento mais forte com o vivido) o autor distingue tendências de museificação e musealização da visão sobre a Amazônia.

Os trabalhos de Gayoso e coautores, de Penafort Gonçalves, e de Oviedo e coautores reconduzem a discussão à dimensão dos conflitos sociais na Amazônia. Tais conflitos têm afetado intensamente tanto regiões transformadas por grandes projetos industriais, de infraestrutura ou de produção agrícola em larga escala, quanto se estendem às áreas e grupos mais isolados na região.

Gayoso e coautores discutem as características da produção acadêmica sobre conflitos e processos de expropriação na Amazônia com base na técnica de revisão sistemática de literatura. Analisando 68 estudos publicados no período de 2014 a 2019, o trabalho mostra como a pesquisa abordou diferentes formas de conflitos no território amazônico. Aborda também o envolvimento dos agentes sociais (Estado, grandes companhias, movimentos sociais, comunidades e sociedade civil) nesses conflitos e de que modo se posicionaram em face dos muitos processos de disputa ao longo das últimas décadas na Amazônia.

O trabalho de Penafort Gonçalves discute também o tema dos projetos de exploração dos recursos naturais para abastecimento do mercado externo, aspecto recorrente da história da Amazônia desde o início da colonização europeia. Elenca os principais projetos implantados na região a partir da década de 1950 e seus impactos socioambientais, e discute os limites e as possibilidades de sustentabilidade para a Amazônia

brasileira diante dos danos socioambientais causados por empreendimentos econômicos. Ao final, apresenta propostas e projetos de autores e instituições alicerçados em diretrizes racionais de exploração do potencial da região.

Oviedo e coautores discutem de que modo a disputa pelo território amazônico e seus recursos passou por um agravamento no período recente, entre 2018 e 2022, quando o governo federal fez todo o possível para desmontar e fragilizar as políticas de controle ambiental, além de reduzir a fiscalização, e favorecer direta e indiretamente o aumento do desmatamento em terras públicas em clara violação dos direitos dos povos indígenas. Esse processo foi particularmente danoso e fatal para povos indígenas isolados, os quais são sabidamente sobreviventes de sucessivos massacres ao longo da história do país.

Por fim, os dois últimos trabalhos deste número discutem temas que podem ser vistos pela lente dos variados processos de urbanização vividos na Amazônia nos últimos 60 anos, um focalizando um contexto local, e outro focalizando umnexo regional. Mendes e coautores abordam o fenômeno do lazer a partir da realidade do município de Altamira, no estado do Pará. Pinheiro e coautores discutem a incidência e difusão de casos de Leishmaniose Tegumentar Americana no estado do Amazonas, na chamada Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia, Venezuela). Ambos os trabalhos se ocupam de características peculiares da urbanização no contexto amazônico a partir de diferentes escalas. Como se sabe, na Amazônia prevalecem singularidades ambientais e geográficas, como as grandes distâncias, a convivência com a floresta e sua diversidade de espécies, tanto quanto singularidades socioculturais da região, particularmente em interação com os efeitos dos chamados grandes projetos, como é o caso de Altamira-PA.

Mendes e coautores discutem a necessidade de abordagens teóricas e metodológicas que captem de modo não homogeneizador as características do lazer na Amazônia, particularmente numa realidade urbana como a do município de Altamira, intensamente modificada nos últimos anos pela conflituosa instalação da usina hidroelétrica de Belo Monte. Pinheiro e coautores apresentam os resultados de pesquisa sobre a incidência da Leishmaniose Tegumentar Americana no estado do Amazonas, na área da fronteira brasileira com a Colômbia e a Venezuela, no município de São Gabriel da Cachoeira. O trabalho destaca que nessa região a incidência da doença teve aumento expressivo de casos nos últimos anos “devido à abertura de novas estradas, assentamen-

tos e instalação de novos núcleos residenciais em áreas onde, previamente, existia uma densa floresta tropical”. O fato singular de que a ampliação de áreas de assentamento humano avance de modo acelerado sobre a floresta, constituindo áreas de urbanização precária, se combina com outras particularidades de uma área de fronteira em meio ao trópico úmido. Ambos os trabalhos, em certo sentido, exploram um terreno no qual é provável que a velocidade e a multiplicidade da experiência cotidiana na Amazônia requeiram o aprofundamento de nosso conhecimento sobre a região.

A profunda e ameaçadora ignorância que a sociedade brasileira mantém em relação à Amazônia é agravada pelo silenciamento a que vários grupos locais têm sido submetidos. As populações trabalhadoras que ali vivem, nativas ou historicamente estabelecidas na região, são as que conhecem o bioma e praticam formas de vida promissoras para sua permanência e fortalecimento. Entretanto, suas vozes são ainda silenciadas, ou restritas a círculos acadêmicos e grupos ativistas que lutam pela preservação e ocupação adequada às condições naturais e à grande socio-bio-diversidade que esta região continental apresenta. São as populações amazônicas que mantêm as práticas heterodoxas necessárias para um verdadeiro desenvolvimento endógeno, um desenvolvimento que emerja das condições socio-naturais locais. Assim, outras, novas e antigas possibilidades combinadas para a ocupação e apropriação dos territórios amazônicos, provenientes daqueles que conhecem e vivem na floresta tropical, são as que se apresentam como possibilidades para permitir o florescimento de suas imensas e reconhecidas potencialidades de contribuição para todas as formas de vida no planeta.

Ana Gomes

Harley Silva

Roberto Monte-Mór

Referências

LOVEJOY, Thomas E.; NOBRE, Carlos. Amazon tipping point. *Science Advances*, v. 4, n. 2, p. eaat2340, 2018.

RAMOS Jr., Dornival Venâncio; AGUIAR, Vinicius Gomes; KANTAMANENI, Komali. Mapping Fire: The Case of Matopiba. *IDS Bulletin*, v. 54, n. 1, p. 107-127, 2023.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo social*, v. 6, p. 1-25, 1994.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H. Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 961-973, 2005.

CELENTANO, D. et al. Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi” – A região mais ameaçada da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 315-339, 2018.





AMAZON

Grandiose, complex, and increasingly problematic in the face of the expansion of the ways of life and modes of production that our western colonized society has imposed and still imposes on it, Amazonia appears as the last Brazilian frontier in the capitalist expropriation in Brazil. There, the destruction of peoples, nature, and lives in general, with the eventual compromising of its survival, as of the country and the planet, has increased in the last years of political barbarism that we have experienced.

The Brazilian society coexists with a threatening ignorance in relation to the Amazon. This ignorance has deep historical roots and is maintained through subtle and everyday mechanisms. The schooling received by the average Brazilian exposes them to information about the region in a tenuous and disorganized way. In the media, the region is almost always approached in a topical and discontinuous way, which gives the population an exotic and stereotypical view of the social and natural conditions of the Amazon. Among other consequences, these information/disinformation factors perpetuate the distancing and relative indifference in relation to what happens in the region.

Notwithstanding our real advances in research and our institutional improvements, we have remained ignorant about the Amazon in socio-historical and environmental terms. This ignorance is a salient aspect of the way we relate to the region, with consequences that Brazilian society is not proud of. Between the 17th century and the 1960s, the genocide of native peoples was at the forefront of the dire consequences. Since then, the large-scale destruction of the biome has joined the list of these sad realizations.

According to recent research, the accumulation of environmental losses is approaching a point of no return (Lovejoy, Nobre 2019). The accumulated result of the losses, the reduction of diversity, and the disorganization of the biome exceeds the possibilities of regeneration of the biome itself. Henceforth, the rainforest would enter an uncertain process of change, in which what remains of it may be irreversibly transformed. Furthermore, these changes would have considerable climatic consequences, with possible effects on the climate of the entire planet, not just the region and country.

The possibilities to avoid this path, which amplifies the tragic effects of our misguided relationship with the Amazon, exist and can be realized. This change of route, however, depends on changing the correlation of the political and economic forces involved. It also depends on recognizing and combating the violent silencing practiced against the variety of social groups that live in the Amazon.

Indigenous peoples, quilombolas, riverine populations, extractivist communities, Amazonian peasants, among other so-called traditional groups, have almost always been the victims of progress in the Amazon over the last 60 years. Their ways of life, their well-established coexistence with the natural resources and cycles of the humid tropics, are quickly disrupted by the social, economic, environmental and spatial effects of public and private infrastructure projects, production systems and other forms of external intervention. Such processes ignore the rights of local groups, and support the stigmatization of regional groups. Their forms of social and economic organization are directly or indirectly presented as stagnant, primitive. Other times, in a more condescending but no less damaging way, such groups are presented as victims of isolation, hunger, and poverty, whose overcoming would depend on the transformation of the region's conditions. In contradiction, the accelerated introduction of varied forms of modernization - private property, consumer relations, conventional urban space production, communication networks and roads, among other aspects - is usually the

vehicle by which local institutions are disrupted, spreading rapid worsening of living conditions, such as violence, food insecurity, land conflicts, and precarious urbanization (Martins, 1994; Pignatti and Machado 2005; Celentano et al, 2018; Ramos Jr. et al, 2023).

However, one cannot underestimate the fact that movements towards the recognition of the importance and need for permanence of the natural and social diversity of the Amazon have been asserting themselves in the country, at least since the Federal Constitution (FC) of 1988. It is true that the 1988 Constitution has suffered successive waves of deconstitutionalization of the advances it consolidated. Even so, its enactment brought concrete changes in the recognition of the rights of native peoples and traditional populations. It also brought legal landmarks for territorial planning, such as the Indigenous Lands and Conservation Units, crucial for the permanence of the Amazon biome.

The papers selected for this issue of the UFMG Journal provide, from different perspectives, evidences that the struggle for the future of the Amazon remains open and cruel. They also show that the dispute for other possible futures for the region has been renewed, despite the permanence of the forces of silencing, erasure, and homogenization that have been at work in the Amazon for centuries.

The dossier begins with the record of a meeting with Davi Kopenawa Yanomami, leader of the Yanomami people, one of the original peoples of the Amazon, at the Center for Regional Development and Planning - Cedeplar, School of Economics of UFMG, in September 2018. Kopenawa - shaman, author of several publications, president of the Hutukara Yanomami Association - discussed with a group of researchers linked to the research group "From alternative economies to alternatives to economics", based at the University's Institute for Advanced Transdisciplinary Studies - IEAT. The record of his intervention gives the reader access to a sample of the original and sophisticated reflection that the Amazonian people have about their relationship with the forest and with nature in general. It also allows us to perceive his critique of our society, which he refers to as being a "people of commodities", whose organization has been headed toward violence, disrespect, and the very negation of life.

Kopenawa produces a discourse directed at a wider audience, intended to provoke a call and to establish alliances with the various non-Indigenous people with whom he has been interacting. In the call he issued in an article published in this journal in

2015, he sought to sensitize the public to the fact that we are all together - “it is only one Hutukara!” Hutukara that should be treated as “a great man, a great motherland, a great government.” To this cosmopolitical scenario, Kopenawa added, in the 2018 meeting, other elements to seek a closer dialogue when referring to terms central to the contemporary world such as the very notion of economy. This time, he brings us the concept of *në ropë*, which articulates dimensions for us as disparate as fertility, wealth, and generosity.

1 <https://socioambiental.medium.com/yanomami-sob-ataque-bd9df62ebd1>

It is worth calling attention here to the emergency situation caused by the return of the *garimpeiro* invasion. This situation was denounced by the report “Yanomami under attack”, carried out between 2021/2022 by the Hutukara Associação Yanomami and the Associação Wanasseduume Ye'kwana¹, an emergency regarding environmental devastation and pollution, which led to a serious humanitarian crisis among the Yanomami. This situation persists and will still require many efforts for the crisis to be overcome.

The papers by Ana Cláudia Cardoso, Nelissa Peralta, and Aniele Souza and coauthors approach from different perspectives the possibilities of socio-spatial, scientific, and economic-productive creation posed by the region’s social and natural diversity.

Ana Claudia Cardoso discusses the social production of space in the Amazon. The author analyzes the implications of the permanence of colonialism and racism implicated in the practices of production of space in the region, emphasizing how these issues are connected to the most visible manifestations of transformations in the region, such as deforestation and devastation of the rainforest.

The work of Nelissa Peralta analyzes the potentiality of an epistemic renewal in knowledge and social practices in the Amazon, based on the interaction between different ways of conceiving and knowing the world, and different regimes of knowledge. The author discusses the development of a population census of *pirarucus*, developed by researchers from the Mamirauá Sustainable Development Institute, based on the local knowledge of fishermen. It highlights the importance of processes like this, in which conditions emerge for an epistemic awakening capable of articulating different regimes of knowledge, valuing knowledge and traditional practices of groups in the region, such as indigenous and riverine peoples.

The work of Anielle Souza and coauthors discusses the diversity of rural techno-

productive systems in the Amazon. The discussion is based on the work of economist Francisco de Assis Costa, for whom the economic heterogeneity of the Amazon, particularly the cleavage of the rural/agrarian universe between peasant and patronage economies, can be understood based on the concept of techno-productive trajectories. Insofar as they maintain very distinct relations with the natural landscapes of the region, these trajectories imply peculiar forms of production of space. The paper emphasizes that the identification and analysis of these trajectories in space is a methodological strategy to promote visibility of peasant systems in the humid tropics.

Fabio Castro discusses what he calls endogenous and exogenous representations of the Amazon. The author links the construction of these representations to a dialectic between the insertion of social groups in the socioeconomic and productive structure and interpretations about the region produced from autochthonous experiences in Amazonian socioenvironmental contexts and those produced from the outside (in the Brazilian national and global societies) about the Amazon. In the interaction of these elements (insertion in material life; interpretations of reality from what is lived; interpretations of reality elaborated in a stronger detachment from what is lived) the author distinguishes tendencies of museification and musealization of the vision of the Amazon.

The works of Gayoso and coauthors, Penafort Gonçalves, and Oviedo and coauthors bring the discussion back to the dimension of social conflicts in the Amazon. These conflicts have intensely affected regions transformed by large-scale industrial, infrastructure, or agricultural production projects, and have extended to more isolated areas and groups in the region.

Gayoso and coauthors discuss the characteristics of the academic production on conflicts and expropriation processes in the Amazon based on the systematic literature review technique. Analyzing 68 studies published in the period from 2014 to 2019, the paper shows how research has addressed different forms of conflicts in the Amazonian territory. It also addresses the involvement of social actors (State, large companies, social movements, communities and civil society) in these conflicts and how they have positioned themselves in the face of the many dispute processes over the past decades in the Amazon.

The work by Penafort Gonçalves also discusses the theme of foreign market oriented natural resources exploitation projects, a recurring aspect of Amazonian

history since early European colonization. It lists the main projects implemented in the region since the 1950s and their socio-environmental impacts, and also discusses limits and possibilities of sustainability for the Brazilian Amazon in the face of socio-environmental damage caused by economic undertakings. At the end, it presents proposals and projects by authors and institutions, based on rational guidelines, to develop the region's potentialities.

Oviedo and coauthors discuss how the dispute over the Amazonian territory and its resources deepened in the recent period between 2018 and 2022, when the federal government did everything possible to dismantle and weaken environmental control policies, in addition to reducing enforcement, and directly and indirectly favoring the increase in deforestation on public lands in clear violation of the rights of indigenous peoples. This process was particularly damaging and fatal for isolated indigenous peoples, who are known as the survivors of successive massacres throughout the country's history.

Finally, the last two papers in this issue discuss themes that can be seen through the lens of the various urbanization processes experienced in the Amazon over the last 60 years, one focusing on a local context and the other focusing on a regional nexus. Mendes and co-authors discuss the phenomenon of leisure based on the reality of the municipality of Altamira, in the state of Pará. Pinheiro and co-authors discuss the incidence and diffusion of cases of American Tegumentary Leishmaniasis in the state of Amazonas, in the so-called Triple Frontier area (Brazil, Colombia, Venezuela). Both papers are concerned with the peculiar characteristics of urbanization in the Amazonian context, from different scales. As we know, environmental and geographical singularities prevail in the Amazon, such as great distances, coexistence with the forest and its diversity of species, as well as socio-cultural singularities of the region, particularly in interaction with the effects of the so-called large projects, as is the case of Altamira-PA.

Mendes and coauthors discuss the need for theoretical and methodological approaches that capture in a non-homogenizing way the characteristics of leisure in the Amazon, particularly in an urban reality like the municipality of Altamira, intensely modified in recent years by the conflicting installation of the Belo Monte hydroelectric plant.

Pinheiro and coauthors present the results of research on the incidence of American

Tegumentary Leishmaniasis in the state of Amazonas, in the area of the Brazilian border with Colombia and Venezuela, in the municipality of São Gabriel da Cachoeira. The work highlights a significant increase in cases in this region in recent years “due to the opening of new roads, settlements and installation of new residential nuclei in areas where previously there was a dense tropical forest.” The unique fact that the expansion of human settlement areas is rapidly encroaching upon the forest, constituting areas of precarious urbanization, combines with other particularities of a frontier area in the middle of the humid tropics. Both works, in a sense, explore a terrain where the speed and multiplicity of everyday experience in the Amazon is likely to require a deepening of our knowledge of the region.

The deep and threatening ignorance that Brazilian society maintains in relation to the Amazon is aggravated by the silencing to which various local groups have been subjected. The working populations that live there, native or historically established in the Region, are the ones who know the biome and practice ways of life that are promising for its permanence and strengthening. However, their voices are still silenced, or restricted to academic circles and activist groups who fight for the preservation and adequate occupation of the natural conditions and the great bio-socio-diversity that this continental region presents. It is the Amazonian populations who maintain the heterodox practices necessary for a true endogenous development, a development that emerges from local socio-natural conditions. Thus, other, new and old combined possibilities for the occupation and appropriation of Amazonian territories, coming from those who know and live in the rainforest, are the ones that present themselves as virtual and real possibilities to allow the flourishing of its immense and recognized potentialities of contributing to all life forms on the entire planet.

Ana Gomes

Harley Silva

Roberto Monte-Mór